

sem texto na margem superior desta página; início da ata a partir desta linha.

ATA da 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA
ASSEMBLÉIA GERAL
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC
05 DE DEZEMBRO DE 2011

Aos cinco (05) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, com sede à Av. Ramiro Colleoni, nº 5, Vila Dora, Santo André, às 10h00, realizou-se a Vigésima Terceira Reunião Ordinária da Assembléia Geral, presidida pelo Presidente Prefeito Mário Reali (Diadema), com a presença da Excelentíssima Vice-Prefeita Dinah Zekcer (Santo André), e dos Excelentíssimos Prefeitos Luiz Marinho (São Bernardo do Campo), José Auricchio Junior (Prefeito de São Caetano do Sul), Oswaldo Dias (Mauá), Clóvis Volpi (Ribeirão Pires) e Adler Alfredo Jardim Teixeira (Prefeito de Rio Grande da Serra). Presentes os assessores regionais de São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Ausentes os assessores de Santo André e Mauá.

INÍCIO

O Presidente iniciou os trabalhos cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Seguindo a pauta, colocou em aprovação a ata da 22ª Reunião Ordinária, atendendo ao disposto no estatuto vigente.

REUNIÃO COM A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO E SECRETARIA DE TRANSPORTES METROPOLITANOS DE SÃO PAULO: PROJETO DA LINHA 18 BRONZE DO METRÔ

A Assembléia teve início com a participação do Sr. Jurandir Fernandes, Secretário Estadual dos Transportes Metropolitanos, acompanhado do Sr. Edson Aparecido, Secretário Estadual de Desenvolvimento Metropolitano. O Secretário Jurandir Fernandes entrega aos Prefeitos cópias com a síntese do Projeto da Linha 18 - Bronze (Tamanduateí-Alvarengas), iniciando sua apresentação através de vídeo e slides (Anexo).

Secretário Jurandir Fernandes destaca a relevância do projeto para a ligação entre o Grande ABC e a capital, lembrando que inicialmente o projeto trabalhou com quatro cenários: VLT Superfície; VLT Misto (superfície e térreo); VLT Elevado e VLT Monotrilho, definindo-se pela ultima alternativa mediante diálogo com as equipes dos municípios de São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Santo André.

O Secretário Jurandir Fernandes informa ainda que o projeto contempla duas fases do projeto, ligando inicialmente o Tamanduateí ao Paço Municipal de São Bernardo do Campo, e conectando diretamente a região com as linhas 2 Verde e 10 Turquesa na Estação Tamanduateí. Na segunda fase, o traçado se estende do Paço Municipal de São Bernardo do Campo à Estrada dos Alvarengas.

O início das operações da primeira fase é previsto para 2015, com 20 trens percorrendo as 12 estações projetadas, para uma demanda estimada em 295 mil passageiros/dia. A segunda fase contemplará outras seis estações e 13 trens adicionais, com início das operações anunciado para 2016 e demanda estimada em até

400 mil passageiros/dia no ano de 2020. O Secretário destaca também os benefícios da Linha 18 para a região, a estimativa para a frota de trens em operação, que passa de 20 trens em 2015 para 40 trens em 2030, com demanda diária prevista em torno de 470 mil passageiros.

Na sequência, o Prefeito Luiz Marinho ressalta a importância de articulação do traçado da Linha 18 Bronze com os futuros corredores de ônibus projetados pela Prefeitura de São Bernardo do Campo, além das potenciais extensões ou integrações com o município de Diadema. O Secretário Jurandir Fernandes lembra ainda o papel de ligação que a Linha 18 terá em relação a uma série de universidades instaladas na região, como o Instituto Mauá, a Uniban, a Fundação Santo André e a FEI.

Secretário Jurandir Fernandes fala sobre os recursos necessários para a execução do projeto, também desdobrados em duas fases, correspondentes aos dois trechos do traçado. O trecho Tamanduateí-Paço Municipal de São Bernardo tem custo previsto de R\$ 2,86 bilhões, entre 2012 e 2015; o trecho Paço Municipal-Alvarengas tem custo estimado em R\$ 1,2 bilhão em 2016, totalizando R\$ 4,1 bilhões, divididos em obras civis, desapropriações, sistemas e projetos. As fontes de financiamento previstas para a Fase 1 são o PAC2-OGU, com R\$ 400 milhões, possivelmente liberados até 30 de dezembro, e o PAC2-Financiamento, com R\$ 1,3 bilhão, além de contrapartida do governo estadual da ordem de R\$ 1,2 bilhão. A Fase 2 deve ser integralmente coberta pelo orçamento estadual, também com R\$ 1,2 bilhão. A contrapartida informada não inclui a possibilidade de alavancagem via PPP, também em discussão no âmbito do governo estadual, estando na pauta da próxima reunião do Conselho de Parcerias, marcada para 9 de dezembro. O Secretário Jurandir Fernandes ressalta que vai defender a idéia de envolver o conceito de PPP para o projeto da Linha 18, e considera que a proposta deve ser aprovada no referido Conselho.

O Secretário Jurandir Fernandes aborda ainda o arranjo institucional do projeto, que contempla a participação dos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, além da cidade de São Paulo e do próprio Estado; destaca ainda o papel da Prefeitura de São Bernardo do Campo no desenvolvimento do projeto funcional do sistema. Apresenta ainda os nomes até o momento propostos para as estações a partir de enquetes com a população do seu entorno, lembrando haver ainda a possibilidade de novas sugestões, aspecto para o qual o Prefeito Luiz Marinho pediu a atenção dos municípios e do GT Mobilidade. A Sra. Andrea Brisida, coordenadora do GT Mobilidade, apresenta vídeo ilustrativo sobre o projeto do monotrilho, para melhor visualização das estações, encerrando-se o tópico com os agradecimentos dos Secretários Jurandir Fernandes e Edson Aparecido aos Prefeitos.

MOBILIDADE REGIONAL

O Presidente Mario Reali abre o debate sobre o tema relatando as reuniões realizadas ao longo de novembro com as diretorias regionais do CIESP e o Setrans, representando as empresas transportadoras de carga, transmitindo aos demais Prefeitos as manifestações contrárias em relação à medida de regulamentação do tráfego de caminhões que prevê a restrição nos três corredores de interesse regional e em dois períodos temporais específicos, conforme proposição do GT Mobilidade aprovada pela 22ª Assembléia dos Prefeitos. Destaca em especial os potenciais problemas apresentados em função da intensa atividade industrial na região, notando que o pleito central formalizado pelas entidades em correspondências recebidas pelo

Consortio, é a prorrogação do prazo do início da Operação Horário de Pico no que diz respeito à restrição temporal do tráfego de caminhões.

O Presidente Mario Reali lembra ainda que há conflitos e ajustes nas próprias montadoras de veículos e grandes empresas em relação aos horários de entrada/saída de cargas ou de funcionários, e que o princípio da proposição é justamente coordenar os fluxos de veículos nos principais corredores regionais. Entende ainda que se for considerada a alternativa da prorrogação, ela deva ser feita por um período breve, para que a medida possa ser implementada antes do início das aulas em 2012.

Sra. Andrea Brisida informa que desde o anúncio original no dia 21 de novembro foram percebidas mudanças nos itinerários e fluxos dos caminhões, e os primeiros resultados das equipes sobre as operações de tráfego nas divisas também foram avaliadas positivamente pelo GT Mobilidade. Nota que os CIESPs e o SETRANS solicitam prazos, mas não apresentaram nenhuma proposta efetiva, sendo necessário que explicitem de fato os problemas que visualizam, ou alternativas às medidas anunciadas.

O Presidente Mario Reali lembra sobre o início da autuação dos veículos infratores, originalmente prevista para o mês de fevereiro /2012. O Prefeito Oswaldo Dias informa que há pelo menos duas grandes transportadoras em Mauá, localizadas nas proximidades do acesso ao Rodoanel, que serão certamente prejudicadas com a restrição proposta para aquele município. O Prefeito José Auricchio Junior informa que a ANFAVEA procurou a General Motors e a Prefeitura de São Caetano do Sul, manifestando interesse em fazer uma proposta ao Consórcio, no sentido da postergação das medidas aprovadas na 22ª Assembleia. A Sra. Andrea Brisida, coordenadora do GT Mobilidade, informa que foi solicitada formalmente a suspensão do prazo por parte das diretorias regionais do CIESP, por 180 dias, e por parte do SETRANS o pedido é de 240 dias de prorrogação da entrada em vigor (ofícios do CIESP, Setrans e Associquim em anexo).

O Presidente Mario Reali declara considerar que uma possível suspensão deveria ser por um prazo máximo de 60 ou 90 dias; o Prefeito Luiz Marinho entende ser plenamente possível o ajuste das empresas da região à regulamentação de tráfego de caminhões proposta, sugerindo entrada em vigor até o final de fevereiro. O Secretário Executivo sugere proposta de extensão dos prazos para que todas as entidades possam se manifestar de modo mais detalhado, e na 24ª Assembléia prevista para 06 de fevereiro de 2012 os Prefeitos possam tomar a definição da data de início da fiscalização e autuação. A Sra. Andrea Brisida sugere prorrogar por 40 dias, com o início do processo de orientação no final de Janeiro e no início de abril a entrada do processo de fiscalização. O Prefeito Oswaldo Dias propõe convidar as entidades empresariais a participar de reunião com o GT Mobilidade, para ouvi-las sobre possíveis alternativas.

Deliberação: a Assembléia reitera a decisão tomada na reunião anterior, aprovando a restrição parcial do tráfego de veículos conforme apresentada pelo GT Mobilidade, e define suspender até o início de fevereiro a entrada em vigor das medidas, para o devido diálogo com as entidades interessadas. A matéria deverá ser novamente objeto de pauta na 24ª Assembléia.

A Sra. Andrea Brisida dá prosseguimento informando que o Sindicato dos Taxistas procurou para solicitar reajuste de tarifas. O último reajuste foi concedido em dezembro de 2010, mas a entidade solicita agora um índice de 19%, visando

equiparação ao município de São Paulo. Pede ainda a autorização do uso de bandeira 2 no mês de dezembro.

Deliberação: a Assembleia de Prefeitos aprova a aplicação de um reajuste de 7%, entrando em vigor os seguintes valores a partir de 1º de janeiro de 2012: Bandeirada, R\$ 4,00 (quatro reais); 2 - Bandeira 1, R\$ 2,25 (dois reais e vinte e cinco centavos); 3 - Bandeira 2, R\$ 2,70 (dois reais e setenta centavos); 4- Hora Lenta ou Parada, R\$ 23,70 (vinte e três reais e setenta centavos). Define-se também pela não autorização do uso da bandeira 2 no mês de Dezembro.

Iniciando a discussão sobre as medidas necessárias face à alteração de projeto para o viaduto Capuava, o Prefeito Oswaldo Dias informa que a obra referente ao viaduto que liga Santo André (Bairro Capuava) à marginal da Avenida dos Estados foi suspensa pelo governo estadual, o que resultará em uma ponte inutilizada; solicita atenção dos Prefeitos à questão que afeta diretamente Santo André e Mauá, mas tem repercussão na mobilidade regional. A vice-prefeita Dinah Zekcer acrescenta que a proposta de Santo André para a transposição do Cassaquera não foi aceita pela Dersa. O Presidente Mario Reali sugere que seja definida a proposição regional de comum acordo entre Mauá e Santo André, para que seja então apresentada a demanda oficial do Consórcio ao Secretário Estadual de Transportes e Logística, Saulo de Abreu Filho. O Prefeito Oswaldo Dias declara que o consenso entre as duas cidades é o desenho anterior do projeto, que deve ser retomado junto à Dersa, e o Presidente Mario Reali encaminha pela imediata solicitação de agenda junto ao secretário Saulo de Abreu Filho, com a posição manifesta por Mauá e Santo André.

Finalizando o tópico relacionado à mobilidade regional, a coordenadora do GT Mobilidade, Andrea Brisida, reafirma que o lançamento do programa Travessia Segura está confirmado para o dia 21 de dezembro, a partir das 9h, sendo prevista a realização do ato em São Caetano do Sul. A coordenadora apresenta também as peças publicitárias que foram confeccionadas e serão utilizadas na campanha, destacando o sinal com a mão estendida, além do foco inicial nos motoristas e posteriormente nos pedestres. A primeira fase de implantação do programa deve se estender de Dezembro de 2011 a Março de 2012, de acordo com o plano de ação do GT Mobilidade.

ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

A Diretora Jurídica, Mirtes Gisolfi, expõe a necessidade de uma definição relacionada ao plano de saúde dos empregados do Consorcio, dado que o plano em vigor foi implementado antes da transição para o estatuto do consórcio público, resultando uma equação de financiamento fortemente concentrada na entidade. Coloca aos Prefeitos as alternativas de inexistência de plano de saúde, financiamento integral de um novo plano por parte dos empregados, ou financiamento compartilhado com uma participação minoritária do Consórcio, alternativa legalmente possível a partir de casos precedentes. A segunda ou terceira alternativas requerem a abertura de uma licitação, e o encerramento do contrato em vigor. Prefeito Adler Kiko Teixeira manifesta posição favorável a uma participação minoritária do Consorcio, sugerindo que a divisão do custo de um novo plano tenha 70% de financiamento dos próprios empregados, e 30% da entidade. A proposta foi aprovada por unanimidade, sendo autorizada a abertura de processo licitatório com base nessa premissa (30/70).

ORÇAMENTO DO CONSÓRCIO - 2012

Secretário Executivo apresenta a proposta detalhada da Presidência do Consórcio para o orçamento da entidade em 2012, a partir da aprovação originalmente registrada na 20ª Assembleia. Após o recálculo final da Diretoria Administrativa e Financeira, com base nas receitas correntes de 2010 (Anexo), o rateio total entre os municípios resulta no valor de R\$ 5.320.002,98 (cinco milhões, trezentos e vinte mil, dois reais e noventa e oito centavos), distribuídos entre a sustentação geral da entidade (manutenção da estrutura e recursos para investimentos ou projetos), com R\$ 4.051.467,87 (quatro milhões, cinquenta e um mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e oitenta e sete centavos); o rateio do contrato de programa da Casa Abrigo Regional, ampliado para R\$ 1.020.000,00 (um milhão e vinte mil reais), e o contrato de programa para apoio da Funcraf, mantido em R\$ 248.535,11 (duzentos e quarenta e oito mil, quinhentos e trinta e cinco reais e onze centavos). Por município consorciado, os valores definidos para 2012 são respectivamente: Santo André, R\$ 1.165.402,37 (um milhão, cento e sessenta e cinco mil, quatrocentos e dois reais e trinta e sete centavos); São Bernardo do Campo, R\$ 2.071.861,72 (dois milhões, setenta e um mil, oitocentos e sessenta e um reais e setenta e dois centavos); São Caetano do Sul, R\$ 667.125,06 (seiscentos e sessenta e sete mil, cento e vinte e cinco reais e seis centavos); Diadema, R\$ 679.199,81 (seiscentos e setenta e nove mil, cento e noventa e nove reais e oitenta e um centavos); Mauá, R\$ 520.212,33 (quinhentos e vinte mil, duzentos e doze reais e trinta e três centavos); Ribeirão Pires, R\$ 171.409,56 (cento e setenta e um mil, quatrocentos e nove reais e cinquenta e seis centavos); Rio Grande da Serra, R\$ 44.792,14 (quarenta e quatro mil, setecentos e noventa e dois reais e catorze centavos). A proposta foi aprovada por unanimidade, ficando autorizados o envio de ofícios e as publicações correspondentes.

INFORMES

O Secretário Executivo apresenta sucintamente os informes previstos na pauta. Inicialmente destaca a participação do programa Casa Abrigo Regional entre os 12 finalistas do Premio Chopin Tavares de Lima (ofício anexo), coordenado pela Fundação CEPAM, e cuja premiação será realizada no dia 08 de dezembro, às 9h. Presidente Mario Reali informa e pede a participação de todos os Prefeitos na solenidade de comemoração dos 21 anos do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, a se realizar no dia 19 de dezembro mediante um seminário organizado em parceria com a Fundação Getúlio Vargas e o Observatório de Consórcios Públicos e do Federalismo, juntamente com a posse do Conselho Consultivo e a inauguração do Centro de Documentação e Memória. Em relação ao Centro de Documentação, lembra que será formalizada a doação do acervo público do Prefeito Celso Daniel, conforme já informado anteriormente, e apresenta a concepção de arte gráfica para a entrada do Cedoc, com fotos dos municípios em torno de uma reprodução de manuscrito do primeiro presidente da entidade (Anexo). Em seguida, o Secretário Executivo informa que foi transmitido aos municípios questionário da Frente Nacional de Prefeitos sobre a resolução 414/2010 da ANEEL, visando preparar o posicionamento da entidade em audiência pública (correspondência anexa), e cujo prazo de resposta termina no dia 05 de dezembro. O Diretor de Programas e Projetos, Sr. João Ricardo Caetano, apresenta a proposição definida pelo GT Meio Ambiente para uso dos recursos anunciados pela Secretária Estadual de Recursos Hídricos na 22ª Assembleia (Anexo), a ser enviada

como posição do Consorcio. Destaca ainda a instituição de uma taxa de controle e fiscalização ambiental relacionada com as atividades potencialmente poluidoras, de acordo com o artigo 4º da Lei Estadual 14.626/2011 (Anexa). Presidente Mario Reali pede permissão para incluir a sinalização favorável da Telebrás para a elaboração de projetos específicos de ampliação da banda larga para Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, solicitando-se que a coordenação do GT Banda Larga e a Secretaria Executiva dialoguem com a Telebrás para detalhar essa possibilidade. Finalizando, o Prefeito Luiz Marinho O Prefeito Luiz Marinho retoma a discussão iniciada na 22ª Assembleia sobre o calendário de feriados e pontos facultativos em 2012, dada a proximidade entre os feriados de 15 e 20 de Novembro (Dia da Consciência Negra) de 2012, que levaria a seis dias de interrupção em caso de estabelecimento de pontes; sugere a possibilidade de antecipar-se a comemoração do feriado da Consciência Negra como alternativa. O Prefeito José Auricchio Junior manifesta a dificuldade do município de São Caetano do Sul não comemorar o referido feriado na própria data, em função de termos de ajuste já definidos para que sua efetiva celebração se mantenha em 20 de Novembro a partir de 2012. O debate se encerra sem a definição de um calendário único de feriados e sem definição regional sobre a possível mudança na comemoração do Dia da Consciência Negra.

ENCERRAMENTO. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por cumprida a pauta, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, às 12h00. Nesse momento, solicita que todos se encaminhem para o estacionamento do Consórcio, sendo então entregues pelos respectivos Prefeitos as primeiras sete viaturas e o lote inicial de equipamentos da Defesa Civil adquiridos com verba própria da entidade, e formalmente doados aos municípios consorciados. Informa ainda que o segundo veículo para cada município e o restante dos equipamentos já foram licitados e deverão ser entregues na segunda quinzena de dezembro. Convida ainda os Prefeitos e a Vice-Prefeita Dinah Zekcer para almoço de trabalho, em seguida ao ato de entrega dos veículos da Defesa Civil. A presente ata, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Assembléia Geral. Eu, Luis Paulo Bresciani, Secretário Executivo do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo.-.-.-

Região do Grande ABC, em 05 de Dezembro de 2011.

Prefeitos signatários, presentes na 23ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral.

MÁRIO WILSON PEDREIRA REALI
Presidente do Consórcio Intermunicipal Grande ABC
Prefeito do Município de Diadema

DINAH ZEK CER
Vice-Prefeita do Município de Santo André

LUIZ MARINHO
Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

JOSÉ AURICCHIO JUNIOR
Prefeito do Município de São Caetano do Sul

OSWALDO DIAS
Prefeito do Município de Mauá

CLÓVIS VOLPI
Prefeito do Município de Ribeirão Pires

ADLER ALFREDO JARDIM TEIXEIRA
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

LUIS PAULO BRESCIANI
Secretário Executivo da Presidência

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 23ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.